



SINDICATO DOS TRABALHADORES
NO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
NO ESTADO DE SANTA CATARINA

19 de Novembro de 2010-Número 35

Publicação do Sindicato
dos Trabalhadores no
Poder Judiciário Federal
no Estado de Santa
Catarina
Filiado à FENAJUFE
Rua dos Ilhéus, 118
Sobreloja, sala 3
Edifício Jorge Daux
CEP 88010-640
Centro - Florianópolis - SC
Fone/fax: (48) 3222-4668
imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br
Jornalista Míriam Santini
de Abreu (MTb 8077/RS)
Tiragem: 2.500 exemplares

PCS tem projeto e tem dinheiro.

Falta vontade política

Ato no dia 17 no TRT
prestou solidariedade
aos colegas que terão
desconto por exercer
Direito de Greve

Míriam Abreu



**Ato no dia 24, quarta-feira,
das 15 às 16 horas, no TRT. Lute pelo PCS**

Impacto do reajuste em 2011 será de 10,12% na folha do Judiciário

É o que revela estudo que demonstra viabilidade do PCS4

O Governo está usando, como um dos argumentos para não conceder o PCS, o fato de que, com um impacto de 56%, outras categorias de servidores vão reivindicar o mesmo aumento. Mas estudo feito pelo economista Washington Luiz Moura Lima revela que o problema não existe, pois o que terá esse aumento será apenas a tabela da carreira efetiva.

Isso equivale ao Vencimento Básico e à GAJ, e algumas parcelas derivadas como a GAE - Gratificação de Atividade Externa - e GAS - Gratificação de Atividade de Segurança. Estas duas últimas, além disso, têm pouco peso nos custos orçamentários.

Segundo o estudo, o restante da remuneração dos servidores do Judiciário não terá aumento, como é o caso das Funções Comissionadas (FCs), os Cargos em Comissão (CJs), bem como a grande parte das VPNIs (Vantagens Pessoais Nominalmente Incorporadas).

O fato, portanto, é o seguinte: o STF enviou o projeto ao Congresso e dinheiro há. No mais, é tudo "enrolação", falta de vontade política de resolver uma pendência que se arrasta há quase dois anos.

DINHEIRO TEM

Washington lembra que o custo do bruto do PCS4, anual e sem parcelamento, conforme divulgado pelo STF, é de R\$ 6,3 bilhões. Nesses cálculos não estão sendo considerados os custos líquidos, que são bem menores. Em 2010, o orçamento de Pessoal e Encargos autorizado no Orçamento Geral da União para o Judiciário Federal é de R\$ 23,5 bilhões.

Ou seja, conclui o economista, o impacto do PCS, se aprovado INTEGRALMENTE E SEM PARCELAMENTO em 2011, equivale apenas a 26,98% do custo da folha de pagamento de 2010.

Diz ainda o estudo: "Se for considerado o possível acordo ente o Ministro presidente do STF e o Presidente Lula, antes das eleições, de parcelamento em quatro vezes do PCS, sendo duas parcelas em 2011 e outras duas em 2012, sempre nos meses de janeiro e julho, o custo para 2011 seria ainda muito menor, de R\$

2,3 bilhões. Dessa forma, o impacto na folha atual é de apenas 10,12%".

Washington também esclarece outro aspecto importante, e que também foi noticiado pela mídia: que se for aprovado o PCS4, haveria redução de valores para, no máximo, a inflação.

O estudo do economista mostra que, desde a aprovação do PCS3, em junho de 2006, a inflação medida pelo ICV (Índice do Custo de Vida do DIEESE) acumulou 23,61%. Isso significa que praticamente um

quarto da remuneração dos servidores já foi mordida pelos aumentos de preços. É praticamente o mesmo percentual do impacto sobre a folha de 2010, considerando a integralidade do PCS e sem parcelamentos.

Em resumo, diz Washington, "o impacto no sentido de que o PCS4 ensejaria a reivindicação de outras categorias de servidores é muito menor do que o governo vem colocando. Mesmo em relação à inflação, o impacto do PCS4 é menor, como também é sabido amplamente que o governo dispõe de orçamento em muitas vezes para cobrir os custos do PCS4".



Dia 24, quarta, tem ato no TRT

Apesar da chuva, servidores das três Justiças e do MPU reuniram-se na quarta-feira, dia 17, das 16 às 17 horas, para o Ato em defesa do PCS e em solidariedade aos colegas que terão desconto salarial por terem feito a Greve pelo PCS. Na roupa e nas bolsas muitos servidores colocaram o adesivo "Punição Não" e acompanharam as falas sobre as mais recentes notícias acerca das negociações para o andamento do PCS. Foi aprovada a realização de mais um Ato no dia 24, próxima quarta-feira, das 15 às 16 horas, no TRT, com a presença de colegas do MPU, que também irão paralisar as atividades neste dia.

Nesta data, 24, o Sindjus-DF também fará Ato em frente ao STF, em Brasília. O Ato será um dia antes da reunião da Fenajufe com o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso. A audiência, prevista para esta quarta-feira, 17, foi cancelada e remarcada para o dia 25. Também foi aprovado que a Coordenação do SINTRAJUSC envie documento a todas as Centrais Sindicais e parlamentares catarinenses divulgando as recentes práticas da Administração do TRT em relação ao Direito de Greve de seus próprios servidores. **VEJA FOTOS DO ATO DO DIA 17 EM www.sintrajusc.blogspot.com**

Agora sai?

Segundo Alcides Diniz, STF já pediu audiência com presidente Lula para tratar do PCS

A Fenajufe teve mais um encontro com o diretor-geral do Supremo Tribunal Federal, Alcides Diniz, no dia 16, para falar sobre o PL 6613/09, o PCS. O que avançou foi o pedido de audiência feito pelo presidente do STF, ministro Cezar Peluso, com o presidente Lula. Conforme Alcides Diniz, o pedido de audiência foi encaminhado à Presidência da República logo que Peluso retornou de viagem ao exterior. A data ainda não está agendada, mas a expectativa é que o encontro ocorra o mais breve possível.

Diniz explicou que, nesse encontro, o ministro Peluso deve pautar a necessidade de retomar as negociações da revisão salarial dos servidores e reivindicar o compromisso firmado entre os chefes do Poder Judiciário e do Executivo ainda em julho deste ano. O compromisso foi o de que, logo após o processo eleitoral, seriam encaminhados os debates acerca da previsão orçamentária do PCS. Diniz ressaltou, ainda, que Peluso não deve se pautar pelas manifestações de alguns setores do governo federal, críticos ao reajuste dos servidores, uma vez que os diálogos vinham se dando com o próprio presidente da República e, segundo ele, o encontro entre os dois presidentes é que apontará os rumos da negociação. Alcides disse que obteve a informação de que o Procurador Geral da República, Roberto Gurgel, também pediu audiência com o presidente Lula.

Na reunião, foi entregue cópia do ofício protocolado no gabinete do ministro Peluso, no qual a Fenajufe afirma que "o desfecho deste processo dependerá da fir-

meza e da disposição de Vossa Excelência [ministro Cezar Peluso] em preservar a independência institucional e autonomia orçamentária do Poder Judiciário. Neste sentido, a Fenajufe solicita que Vossa Excelência aja tempestivamente e de forma incisiva de modo a concluir as negociações iniciadas com o chefe do poder Executivo garantindo a inclusão da previsão orçamentária para a aprovação do PL 6613/09".

Os dirigentes sindicais também informaram que a Fenajufe vai publicar uma nota em jornal de grande circulação, em que resalta a defesa do conteúdo original do PL 6613/09, o PCS, já aprovado na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, e a contrariedade à remuneração por meio de subsídio, posição aprovada nos vários fóruns deliberativos da categoria.

DEFESA DO PCS

No encontro, o diretor-geral do STF voltou a falar o que já havia dito em reuniões anteriores: que o Supremo não abre mão da proposta original do PL 6613/09 e reafirma ser contra qualquer outra forma de remuneração, como o subsídio. Segundo Alcides Diniz, o ministro Cezar Peluso mantém sua posição de não alterar o conteúdo do projeto, aceitando apenas discutir como se dará a implementação do novo plano, como, por exemplo, o parcelamento. Em relação à reunião que a Fenajufe terá com o ministro Peluso no próximo dia 25, o diretor-geral do STF se comprometeu a tentar antecipá-la, dando um retorno à Federação nos próximos dias. *(Da Fenajufe)*

Dá para incluir o PCS até 05/12

Há muitas especulações sobre o prazo final para garantirmos, no Orçamento, o PCS4 ainda em 2011. Ao contrário do que se tem lido e dito nos corredores dos Tribunais, nada está ganho, mas nem tudo está perdido. Por isso a importância de nos mantermos mobilizados, e participar do ato marcado para o dia 24.

O jornalista Antônio Augusto de Queiroz, coordenador do Diap e assessor parlamentar da Fenajufe, diz que o texto do caput do artigo 28 da Resolução 1, de 2006, da Comissão Mista de Orçamento, é claro ao vedar alterações após a aprovação do parecer preliminar: "A proposta de modificação do projeto de lei orçamentária anual enviada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, nos termos do art. 166, parágrafo 5º, da Constituição, somente será apreciada se recebida até o início da votação do Relatório Preliminar na CMO".

Concluiu o jornalista, portanto, que "o parágrafo único do caput, entretanto, faculta correções de erros ou omissões, como claramente é o caso da omissão em relação aos Planos de Cargos de Salários do Poder Judiciário e do Ministério Público, que tramitam no Congresso há dois anos".

O referido parágrafo único diz: "Os pedidos para correção da programação orçamentária constante do projeto originários de órgãos do Poder Executivo,

somente serão examinados pelos Relatores se solicitados pelo Ministro de Estado da área correspondente, com a comprovação da ocorrência de erro ou omissão de ordem técnica ou legal, e encaminhados pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão ao Presidente".

COMPROMISSO MANTIDO?

Portanto, esclarece o assessor parlamentar da Fenajufe, até a votação final da matéria o Ministério do Planejamento poderá cumprir a Constituição e as leis, além de respeitar a autonomia orçamentária dos outros poderes e órgãos, encaminhando à Comissão Mista a autorização para inclusão do PCS no orçamento para 2011, com, respectivamente, rubrica de recursos. Isso tem que ser feito até a votação final na Comissão Mista, prevista para 5 de dezembro

Segundo Queiroz, como há o compromisso do presidente do STF e do Procurador-Geral da República de, em comum acordo com o atual presidente da República e a presidente eleita, definir o calendário de implementação do PCS a partir de 2011, ainda existe a possibilidade de que isto aconteça no Orçamento em tramitação no Congresso, e sem necessidade de alteração na LDO, o que evitaria ainda mais atraso na correção salarial dos servidores.



Miriam Abreu



Ato no dia 17 no TRT defendeu Direito de Greve